

**Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

---

**CURSO DE DIREITO**  
**PROGRAMA DE DISCIPLINA - 5º ANO**

**DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

**CARGA HORÁRIA:** 120 horas/aula

**TIPO DA DISCIPLINA:** Obrigatória

**ANO DE APLICAÇÃO:** 2018

**EMENTA**

Recursos e mudanças conforme Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Os procedimentos especiais. Os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. A jurisdição contenciosa. Diversas espécies de processo cautelar. Diversas modalidades de processos na jurisdição contenciosa. Os procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Os direitos subjetivos processuais adquiridos.

**1. OBJETIVOS**

- 1.1. Conceituar Recursos em suas modalidades.
- 1.2. Procedimentos Especiais em suas modalidades.

**2. CONTEÚDOS**

**1ª PARTE – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.**

- 1.1. Precedentes Judiciais.
- 1.2. Ordem dos processos nos Tribunais.
  - 1.2.1. Poderes do Relator.
- 1.3. Incidente de assunção de competência.
- 1.4. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.
- 1.5. Conflito de competência.
- 1.6. Homologação de decisão estrangeira e concessão de executar à carta locatória.
- 1.7. Ação rescisória.
  - 1.7.1. “*Querela Nullitatis*”
- 1.8. Incidente de resolução de demandas repetitivas.
- 1.9. Reclamação.

**2ª PARTE – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.**

**Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

---

2.1. Recurso em espécie.

2.1.1. Apelação.

2.1.2. Agravo de Instrumento.

2.1.3. Agravo interno.

2.1.4. Embargos declaratórios.

2.1.4.1. Embargos declaratórios com efeitos infringentes.

2.1.5. Recursos interpostos em face do STJ e STF.

2.1.5.1. Recurso especial.

2.1.5.1.1 Agravo em recurso especial.

2.1.5.2. Recurso ordinário constitucional.

2.1.5.3. Recurso extraordinário.

2.1.5.3.1 Agravo em recurso extraordinário

2.1.5.4. Embargos de divergência.

**3ª PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS : NOÇÕES.**

3.1. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa

3.2. Procedimentos especiais de jurisprudência voluntária.

**4ª PARTE – ESPÉCIES DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO  
CONTENCIOSAS**

4.1. Ação de consignação em pagamento

4.2. Ação de exigir contas

4.3. Ações possessórias

4.3.1. Ação de manutenção de posse

4.3.2. Ação de reintegração de posse

4.3.3. Ação de interdito proibitório

4.4. Ação de divisão e demarcação de terras particulares.

4.4.1. Ação de Divisão

4.4.2. Ação de demarcação

4.5. Ação de dissolução de sociedade

4.6. Inventário e partilha

4.6.1. Procedimento do inventário

4.6.2. Arrolamento e partilha

4.7. Embargos de terceiro

4.8. Oposição

4.9. Habilitação

4.10. Ações de família

4.11. Ação monitória



## **Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

- 
- 4.12. Homologação de Penhor legal
  - 4.13.Regulação de avaria cinossa
  - 4.14. Restauração dos autos

### **5ª PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTARIA**

- 5.1. A notificação e interpelação
- 5.2. Alienação judicial
- 5.3. Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio
- 5.4. Testamentos e codicilos
- 5.5. Herança Jacente
- 5.6. Bens dos ausentes
- 5.7. Coisas vagas
- 5.8 Interdição
- 5.9. Disposições comuns à tutela e curatela
- 5.10. Organização e fiscalização das fundações
- 5.11. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis tomados a bordo.

### **6ª PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM LEIS ESPARSAS.**

- 6.1 Mandado de segurança
- 6.2 Ação Popular
- 6.3 Ação Civil Pública
- 6.4 Ações locatícias

### **3. METODOLOGIA**

O conteúdo será realizado através de Aulas Expositivas e Estudos de Casos.

### **4. RECURSOS**

Será utilizado como apoio à ação pedagógica o uso de Projetor Multimídia.

### **5. AVALIAÇÃO**

O sistema de avaliação será através de provas escritas.



## Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

---

## 6. BIBLIOGRAFIA

### 6.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JÚNIOR, F. CUNHA, L. J. C. da. *Curso de direito processual civil*. 11.ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2013. V. 3.

MONTENEGRO FILHO, M. *Curso de direito processual civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. V. 3

MEIRELLES, H. L. ; WALD, A.; MENDES, G. F. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2014.

### 6.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, C. S. Manual de direito processual civil. Lei 13.105 de 16.03.2015. volume único. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. O novo processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER, L. R. *Curso avançado de processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. V.3.